

Os inválidos da Pátria

Marcelo Santos Rodrigues
Professor da Universidade Federal do Tocantins – UFT
Mestre em História Social pela UFBA

Na perspectiva de uma história social dos anos que compreendem o final da Guerra do Paraguai, em 1870, e a proclamação da República, em 1889, o historiador tem em suas mãos a tarefa de reconstruir a narrativa daqueles que foram silenciados na historiografia oficial brasileira.

Essa é uma narrativa de homens que fizeram a campanha contra o Paraguai e que se inutilizaram em nome da pátria. São histórias de soldados mutilados, inválidos e famílias desamparadas, sem memórias na história oficial, esquecidos e ignorados pela sociedade.

Em 1865 quando a guerra foi declarada pelo Paraguai em resposta a invasão do seu território, o Império brasileiro recorreu à formação de batalhões de Voluntários da Pátria criados por Decreto Imperial.¹ De todas as partes do Brasil homens apresentaram-se para guerra, alguns movidos pelo sentimento de legítima defesa da pátria, outros recrutados à força pela polícia. O recrutamento recaiu sobre pais de famílias, trabalhadores rurais, urbanos, pobres, libertos, atingindo até mesmo escravos.

Ernesto Machado Freire, natural de Pernambuco, em 1865, alistou-se no 4º corpo de voluntários, no posto de tenente. Marchou para o Paraguai atendendo ao pedido do Império que reclamava a defesa da pátria agredida e vilipendiada pelo ditador paraguaio Solano Lopez. No mesmo ano Franquelino Soares foi recrutado a força pelo delegado de polícia da Vila de Alcobaça, na Bahia. Todavia esses soldados tiveram destinos não semelhantes aos dos heróis que se imortalizaram na história da Campanha.²

O decreto que criou os corpos denominados de Voluntário da Pátria assegurava algumas vantagens às famílias dos soldados falecidos no campo de batalha ou feridos na campanha, que tinham direito à pensão ou meio soldo, conforme estabelecido para oficiais e praças do exército assim como, para os inutilizados por ferimentos adquiridos em combate, o pagamento de soldo dobrado.³

Francisco da Costa, 2º sargento do extinto Corpo de Voluntários da Pátria, no espaço de cinco anos trabalhou em toda a campanha do Paraguai resultando-lhe um ferimento no braço esquerdo que o inutilizou de trabalhar pela sua arte. Achando-se sem meios por onde pudesse ganhar o pão, recorreu ao presidente da província da Bahia pedindo-lhe a graça de ser empregado como guarda da casa de prisão.⁴

O ex-soldado Romão de Aquino Gomes alegou, em requerimento ao quartel do comando das armas na Bahia, ter sido ferido na perna direita no ataque de 24 de maio de 1866, ficando aleijado e que, por não ter obtido uma pensão, viu-se obrigado a recorrer à caridade pública: esmolou nas ruas um par de muletas, uma camisa, uma calça e uma blusa, por ter suas roupas inutilizadas.⁵

Um outro voluntário de nome Roque Pereira, ao regressar para a sua terra natal, teve suas lamentações publicadas no jornal. Dizia o soldado:

Do que serve este hábito de Cristo que vê-me pender no peito, se o governo de minha pátria me deixa morrer a fome; a mim que me mutilei no serviço dela? Vê esta perna? É uma parte inútil do corpo; só ela recebeu duas balas. Este hábito não passa de amarga ironia porque um dia, obrigado pela indigência, me verei em necessidade de ir puxar uma carroça com ele no peito.⁶

Este soldado requereu o pagamento de soldo sem nada conseguir. Ele afirmava que, se na Corte nada havia alcançado quanto as suas pretensões, não seria na sua

província que as dificuldades seriam amenizadas e concluía: *negar a subsistência a um cidadão inválido pela defesa da pátria, é a maior das tiranias!*⁷

O dilema de encontrar um sentido para o estudo das feridas da história não significa suscitar a vitimização ou a compaixão, e sim com palavras diferentes e um sentido humano, encontrar um lugar na História para os ressentidos ao lado dos heróis que devem a estes personagens silenciados.

Mal finda a guerra, afirmava o Jornal A Reforma do Rio Grande do Sul⁸ que o governo imperial dava provas de sua ingratidão e criminosa indiferença para com o pobre soldado que se invalidou no Paraguai, onde esteve por anos arriscando, dia após dia, a existência pela honra da pátria.

A idéia da festa nacional para a recepção das forças armadas na Corte robusteceu-se. Repentinamente espalhou-se na cidade do Rio de Janeiro a notícia de que o governo não adotaria essa idéia. Os batalhões de voluntários e guardas nacionais seguiriam diretamente do Paraguai para as suas províncias sem tocarem o solo da Corte. Assim, as tropas isoladas, desarmadas e sem receber as homenagens do governo imperial retornariam as suas atividades rotineiras.

Havia algum perigo de conjuração? Mas se havia suspeita por parte do governo, de possíveis revoltas dos soldados que retornavam da guerra, certamente não partiriam dos mutilados, pois estes desejavam somente que fossem acolhidos e tratados como servidores da pátria.

A Imprensa em toda a Corte anotou fatos que claramente demonstravam o procedimento do governo para com os brasileiros que, não podendo prestar mais seus serviços por enfermidades ou invalidez, careciam da proteção do Estado. Em todas as províncias aumentavam as queixas a esse respeito e, apesar de tudo, o governo não tratou da maneira esperada os seus súditos inutilizados para o serviço da pátria. Viúvas, órfãos e inválidos recorreram ao Estado para o alívio de seus sofrimentos. Ilustro esse

fato através da narrativa da história do soldado Joaquim Anselmo de Santana, natural de Porto Alegre. Veterano de guerra, após 20 anos de serviços prestados na marinha de guerra, marchou do Rio de Janeiro como praça de pret, assistindo ao combate de Paissandu. Tomou parte na batalha do Riachuelo onde adquiriu uma enfermidade que se agravou, obrigando-o a baixar no Hospital de Assunção. Passou pela inspeção e foi considerado incapaz para o serviço militar por sofrer de moléstia incurável. Joaquim foi enviado para o Rio de Janeiro onde teve sua baixa do serviço da marinha. Inutilizado foi lançado pelo governo à penúria. Passou a viver como indigente até ser recolhido à Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre.⁹

O esquecimento dos homens que fizeram a Campanha não poderia ser totalmente concretizado por diversos motivos. Destaco o fato de que a imagem produzida pela guerra estava exposta pelas ruas da corte desde os primeiros anos do conflito.

A medicina do século XIX cuidava de seus feridos, lhes restituindo a vida mediante a pena da mutilação e eram visíveis na Corte os soldados que traziam pendentes as mangas de suas blusas porque deixaram ambos os braços nas banhadas paraguaias. Descrevia o jornal *O Alabama* a condição física de um soldado:

*Aquele outro, cujo rosto transformado em medonho crivo, acha-se cego em função de uma descarga à queima roupa. Privado dos olhos não se fez calar-se bradando pelas ruas: Viva o Imperador! Viva a nação brasileira*¹⁰

Concluía ele afirmando que o alto poder do estado esqueceu de seus compromissos, mas, que esses poderes, por si só, não constituía a nação.

A mendicidade era praticada por soldados desvalidos depois da Campanha, embora, ela estivesse estampada nas ruas da Corte e nas províncias. Os inválidos estavam desprovidos da atenção da Monarquia e engrossavam as fileiras das hordas de homens pobres espalhados por todas as partes do Brasil.

Como esquecer as falanges de mutilados que, em relatórios dirigidos aos *Presidentes de Províncias, às Assembléias Legislativas Provinciais, ao Ministério dos Negócios da Guerra, ao Comando das Armas, aos Quartéis* e a imprensa de oposição, protestavam contra a indiferença da monarquia? A documentação examinada permite enxergar as condições em que ficaram reduzidos as falanges de inutilizados pelos serviços prestados à pátria. Assim, tomando de empréstimo uma frase do historiador José Murilo de Carvalho, também considero: *uma questão de uso da imaginação histórica o trato das fontes documentais que por si só não falam. As fontes aguardam do historiador a realização de perguntas sobre o que ela pode revelar.*¹¹

A arte do esquecimento foi praticada pelo governo monárquico, contudo as vítimas ressentidas, por invalidez, desprovidas dos meios de subsistência reagiram contra a miséria, o abandono manifestando-se nas petições, nos protestos e requerimentos dirigidos ao Estado conforme aparece na documentação que traduz a voz daqueles que participaram no teatro das operações de guerra.

A invalidez dos servidores da Pátria e as seqüelas sociais para seus familiares desprovidos dos meios de subsistência despertaram a comoção pública na corte. A Associação Comercial do Rio de Janeiro promoveu uma subscrição pública nacional para a construção de um asilo e um fundo para assistência aos órfãos e as viúvas dos soldados mortos nos campos do Paraguai.

O Asilo de Inválidos da Pátria foi inaugurado em 1868, na Ilha de Bom Jesus, no Rio de Janeiro, Este estabelecimento foi construído com o apoio da Associação Comercial daquela cidade e sob a administração do Ministério da Guerra. O seu objetivo era de abrigar os mutilados na guerra. Todavia esse estabelecimento era insuficiente para atender ao grande número de inválidos que vinham de diversas províncias em busca de assistência para si e suas famílias que partilhavam do sofrimento e sacrifícios desses heróis.

A Associação Comercial do Rio de Janeiro criou a Sociedade Asilo dos Inválidos da Pátria em 1865. O seu presidente, no período, o Visconde de Tocantins, José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, irmão de Duque de Caxias, militar e senador do Império arrecadou, através da subscrição nacional, os fundos necessários para a manutenção do asilo que recebeu, no término da guerra, cerca de 1.043 inválidos. Neste intuito, a comissão encarregada da subscrição solicitou o apoio da imprensa, invocando os bons sentimentos, a generosidade, o espírito de caridade e gratidão de seu povo, no mesmo sentido, as 434 câmaras municipais, os juizes de direito, os presidentes de províncias, as praças e associações comerciais e, inclusive representantes do Brasil na Europa, foram convidados a coadjuvar no concurso da arrecadação de donativos.

Para a edificação do prédio do Asilo foi escolhida a ilha de Bom Jesus, localizada na baía do Rio de Janeiro, como estratégia elaborada pelo Ministério da Guerra, que garantia o total isolamento dos asilados por não ter habitações vizinhas, ser um terreno elevado e seco e, por essa razão, favorecendo ao escoamento das águas pluviais; pela exposição aos raios solares em benefício dos asilados, não tendo por onde influir os miasmas da vizinhança.¹²

Sobre a descrição do espaço geográfico da ilha e a sua conveniência á instalação do asilo, apresento o relato do cônego Manoel da Costa Honório, escrito 1869, onde ele afirmou que o local isolado e exposto ao furor dos ventos trazia constantemente grandes estragos. A ilha era formada por poucos espaços planos e nas vizinhanças encontrava-se um paiol com milhares de arrobas de pólvoras. Aqui, não mais do que suposição, e que necessita de maior investigação, posso inferir que, tratando-se de homens inutilizados e com dificuldades de locomoção não parecia ser o local ideal para a construção do Asilo. O isolamento, a que estavam condenados os asilados, fazia parte do projeto da monarquia em esquecer os traumas da Guerra do Paraguai.

Na ilha de Bom Jesus estavam esses bravos soldados, longe dos olhos da cidade que os consideravam um espetáculo nefasto a sua circulação pelas ruas da corte.

O meu interesse pelo tema proposto consiste em apresentar um aspecto da história da Guerra do Paraguai pouco explorada pela historiografia oficial. A minha opção por uma narrativa que constasse a história dos inválidos da pátria encontra ressonância no pensamento de Todorov. Especialmente quando ele afirma que o trabalho do historiador, como qualquer trabalho sobre o passado, jamais consiste exclusivamente em estabelecer fatos, mas também em escolher alguns deles como mais salientes e mais significativos do que outros e em relacioná-los entre si.¹³

O estudo das conseqüências da Guerra do Paraguai, na perspectiva de uma história dos seus soldados mutilados e inutilizados na campanha, assim como o da criação de um Asilo de Inválidos da Pátria, no Rio de Janeiro, permitem compreender o projeto ideológico desenvolvido pela monarquia após o conflito assentado na prática do esquecimento, mas também aponta que, se a questão militar produziu efeitos nefastos à Monarquia, homens simples tiveram importante papel nesse processo, pois, na exposição de seus sofrimentos, manifestaram seus descontentamentos com o governo que lhes abandonaram quando mais precisaram.

¹ Cf. Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Colonial e Provincial. Decreto Imperial de 07 de janeiro de 1865.

² Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial. Maço 3626.

³ Relatório à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario do Exército do Estado dos Negócios da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, em 14 de novembro de 1866. Rio de Janeiro. AHRS - Cód. B-3 232 p. 49.

⁴ Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial. Maço 3675.

⁵ Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial. Maço 3419

⁶ Jornal o Alabama, Salvador, 18 de março de 1870, p. 3.

⁷ Jornal o Alabama, Salvador, 18 de março de 1870, p. 3.

⁸ Jornal A Reforma. Porto Alegre, 7 de abril de 1870, p. 3.

⁹ Jornal A Reforma. Porto Alegre, 7 de abril de 1870, p. 3.

¹⁰ Jornal O Alabama, Salvador, 10 de março de 1869, p.2

¹¹ Cf. Entrevista com José Murilo de Carvalho, Revista Nossa História, Rio de Janeiro, Ano 1/ n.2, 2003, p. 51.

¹² Relatório à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario do Exército do Estado dos Negócios da Guerra, João Lustoza da Cunha Paranaguá, em 25 de março de 1867. Rio de Janeiro. AHRS - Cód. B-3 233.

¹³ TODOROV, Tzvetan. Memória do mal e tentação do bem. São Paulo: ARX, 2002, p. 150.